

## FRONTEIRA TERRITORIAL E ZONA FRANCA DE CODEVI: INTERAÇÕES ESPACIAIS NAS CIDADES-GÊMEAS DE OUANAMINTHE (HAITI) E DAJABÓN (REPÚBLICA DOMINICANA)

*Territorial border and CODEVI free zone: spatial interactions in the twin cities of Ouanaminthe (Haiti) and Dajabón (Dominican Republic)*

**Guerby Sainte**

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil

[guerby20102010@gmail.com](mailto:guerby20102010@gmail.com)

Recebido: 22.07.2021

Aceito: 20.06.2022

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo realizar uma discussão sobre a fronteira territorial e Zona Franca de CODEVI, tendo como foco as interações espaciais nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana). Partindo-se de um raciocínio de que tais interações entre as duas cidades constituem uma dinâmica econômica e comercial importante para a formação territorial nas escalas nacionais de cada país. Nessa perspectiva, a maioria das pesquisas mostra que as atividades da zona franca são muito deficientes na atribuição de alcançar causalidade na produção de dados, quer dizer, não possibilitam concluir que a chegada da zona franca de CODEVI garantiu impactos socioeconômicos nas regiões, fortalecendo a construção de redes de circulação de mercadoria nas regiões transfronteiras. Ao se investigar também como o Mercado transfronteiriço contribui para a reconfiguração territorial através das interações espaciais, também se revitaliza a visão da geografia ao trazer uma maior relevância ao território por meio da dinâmica de usos de circuitos da economia urbana ligados ao processo de desenvolvimento da economia de Ouanaminthe, impactando a evolução comercial com o mercado binacional.

**Palavras-chave:** Fronteira; Comércio transfronteiriço; Estado; CODEVI.

### Abstract

This article aims to discuss the Territorial cross border and CODEVI free zone focusing on spatial interactions in the twin cities of Ouanaminthe (Haiti) and Dajabón (Dominican Republic). Based on the reasoning that such interactions between the two cities constitute an important economic and commercial dynamic for the territorial formation at the national scales of each country. In this perspective, most research shows that the free zone activities are very deficient in the attribution of achieving causality in the production of data; that is, they do not make it possible to conclude that the arrival of the CODEVI free zone guaranteed socioeconomic impacts in the regions, strengthening the construction of goods circulation networks in cross-border regions. When also investigating how the cross-border market contributes to territorial reconfiguration through spatial interactions, the vision of geography is also revitalized by bringing greater relevance to the territory through the dynamics of uses of urban economy circuits linked to the development process of the Ouanaminthe economy, impacting the commercial evolution with the binational market.

**Keywords:** Border; Cross-border trade; State; CODEVI.

## 1. INTRODUÇÃO

A circulação é entendida como imagem do poder, a qual se torna perceptível através dos fluxos de pessoas e de capitais, de bens materiais e imateriais e suas infraestruturas. Nesta esfera, a circulação e a comunicação são complementares. Portanto, a circulação do dinheiro por meio das redes financeiras nos corredores fronteiriços mostra a íntima articulação entre circulação (comerciais e econômicas) e comunicação (RAFFESTIN, 1993). Porém, tal circulação de mercadoria nos corredores fronteiriços passa a simular o comportamento dos atores econômicos (consumidores, empresas e governo) e suas interações nos diversos mercados por meio das transações econômicas comuns nas populações das cidades de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana).

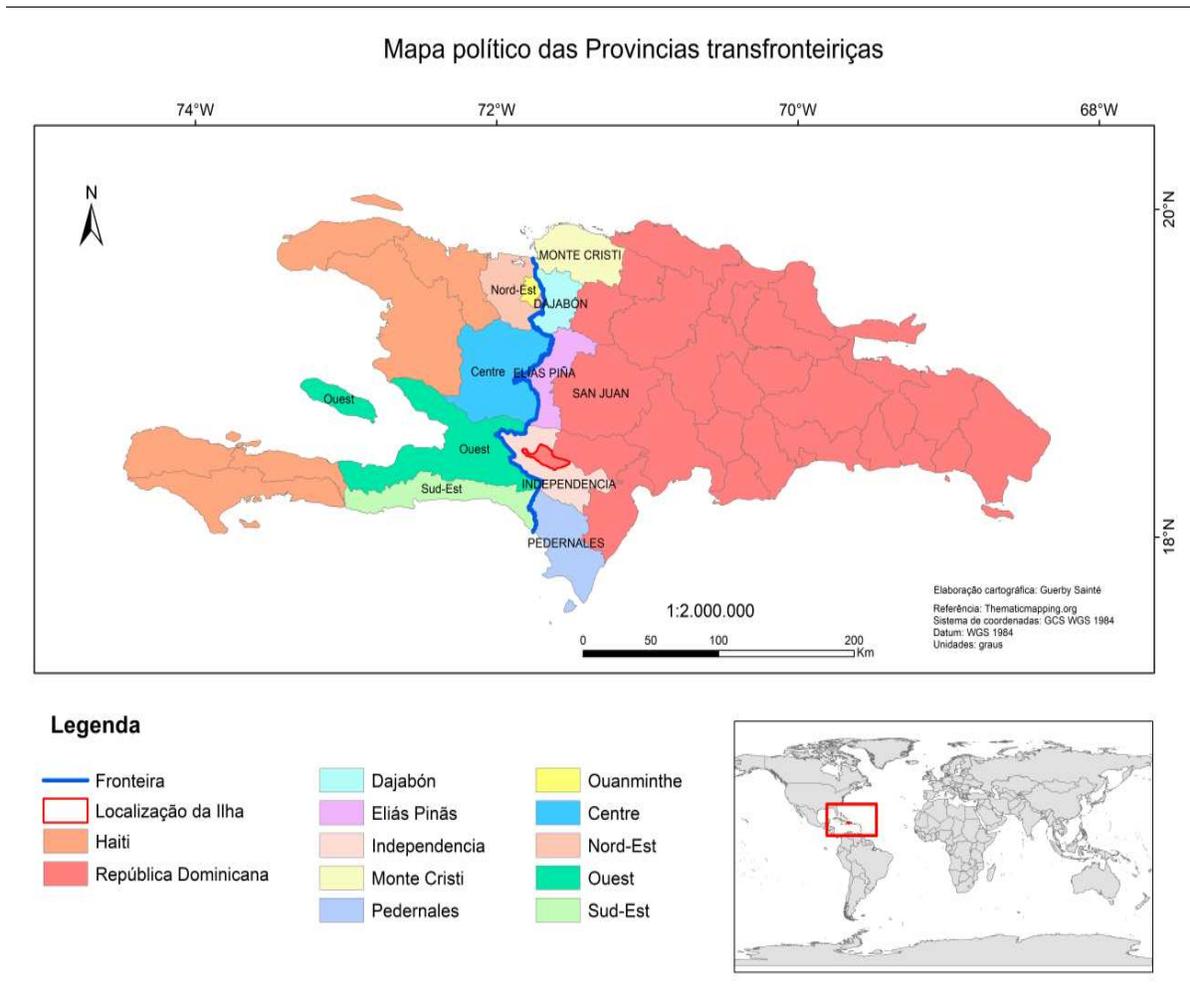
Com essa sistematização, verificam-se implicações decorrentes de diversas transformações na esfera econômica das cidades-gêmeas, principalmente em Ouanaminthe, sendo, então, válidas para o entendimento de acontecimentos que influenciam diversos setores comerciais e consumidores nas regiões de fronteira concomitantemente e para a proeminência de repercussões de fenômenos diversos em áreas urbanas. As diferentes corporações, tais como Corporação de Desenvolvimento Industrial (CODEVI) vinculadas ao livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais construídas nas fronteiras geram emprego e atingem uma parte da população por meio de investimentos. Tal fato pode levar ao fortalecimento da economia por trazer uma satisfação da população regional do ponto de vista da criação de empregos, permitindo maior fluxo e circulação de pessoas nas áreas de fronteira.

## 2. INTERAÇÕES ESPACIAIS NOS CIRCUITOS ECONÔMICOS DAS CIDADES-GÊMEAS DE OUANAMINTHE E DAJABÓN

As regiões de fronteira historicamente se constituem como um lugar que separa as formações socioeconômicas e espaciais; cada uma com sua própria dinâmica e estrutura, embora estejam relacionadas, e as diferenças estruturais se manifestam nos espaços transfronteiriços. Portanto, a fronteira passou a ser uma zona de transição, onde se sobrepõem dois ou mais Estados-Nação. Essa linha de demarcação dissocia drasticamente as sociedades, mercados, regulações e soberania (ALFONSO, 2010).

Essas delimitações fronteiriças são geralmente compostas pelas faixas territoriais, representadas por limites internacionais, que são geralmente definidas pelas interações e constituem um meio geográfico particular de fronteira, exclusivamente nítido na escala local, regional e nacional de interações transfronteiriças. Essa zona estabelece uma rede

que conecta os territórios. Isso implica, antes de tudo, compreender as redes e as interações locais (CORRÊA, 1997). É de suma importância entender as interações espaciais no âmbito das redes, visto que, é por meio de redes geográficas que essas localizações se vinculam entre si por diversos tipos de fluxo. Tal categoria, pode se tratar de uma cidade na fronteira política, e em particular, das cidades gêmeas, implicando múltiplas entradas e constantes relações políticas bilaterais, diferindo os principais municípios transfronteiriços, conforme mencionado na Figura 1.



**Figura 1** - Províncias e pontos comerciais estabelecidos ao longo das fronteiras dominicano-haitianas (2020). **Fonte:** Base de dados de HaitiData.org (2020). **Elaboração:** Guerby Sainte (2020).

Essa rede e as interações dos lugares (fronteiriços) estabelecidas é um fator essencial para facilitar o deslocamento das pessoas e os fluxos de produção de uma determinada área. Santos (2008) trata-se disso como um componente ativo na expansão da divisão territorial do trabalho que aumenta a circulação e a reprodução das informações

estratégicas para além dos centros de gestão do território, criando uma rede de trabalho informacional que sustenta novas atividades e conteúdos urbanos diferenciados. Posto isso, Moudden (2006) aponta que a fronteira se forma de uma parte da cidade de fronteira. Esta se refere a uma cidade-gêmea, que fica ao lado da fronteira e também mantém uma relação de trabalho com ela. Tal cidade constitui-se como “cidades-gêmeas” ou “cidades transfronteiriças”, que se localizam dentro de territórios nacionais.

Em relação às atividades econômicas transfronteiriças e industriais nos países subdesenvolvidos, ao se considerar a conjuntura das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, Santos (1978) indica que a organização do espaço e suas particularidades nos países subdesenvolvidos caracteriza-se pelo fato de se estruturarem e reorganizarem em função de interesses distantes, em que as forças de modernização impostas se comportam de maneira seletiva.

Em consequência de diversas instabilidades socioeconômicas e políticas que resultam na organização e interação espacial do território haitiano, de acordo com Santos (1978) foram evidenciadas pelas diversificações espaciais e sociais que se representam em todos os níveis de escala nacional e internacional, visto que a produção tende a se concentrar de modo seletivo, privilegiando alguns espaços e agindo como um freio para os demais. Criam-se, assim, o que Santos compreende como dois circuitos econômicos, dois subsistemas, de circuito superior e inferior.

Nessa perspectiva, Santos (2004) elenca também que a apreensão dos circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos pode ser caracterizada nos dois circuitos (superior e inferior). Em primeiro lugar, o circuito superior seria “resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte de suas relações acontece fora da cidade e da área que a circunda, porque este circuito tem um quadro de referências nacional e internacional”. E o segundo, o circuito inferior, é, portanto, caracterizado por atividades em pequena escala e especialmente ligado à população pobre que tem relações privilegiadas com sua região. Sendo assim, é uma análise possível de ser realizada nas cidades gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

No caso do Haiti e da República Dominicana, principalmente nas cidades de Ouanaminthe e Dajabón, a fronteira apresenta suas próprias particularidades por meio do comércio estabelecido entre as duas populações, e também pela fluidez de mercadorias formais e informais e de pessoas que são consideradas como definidores desse espaço transfronteiriço. Em relação a isso, a teoria de dois circuitos da economia urbana passa a evidenciar a singularidade da urbanização nos países do Terceiro Mundo e constituir

caminhos analíticos sobre o desempenho/atividade das cidades de Ouanaminthe e Dajabón, notadamente indicando as atividades econômicas que são geradas tendo em vista a produção de rendimento e de trabalho por parte das populações que não são inseridas pelos circuitos produtivos avançados tecnologicamente.

Nota-se que, como as cidades são consideradas como uma totalidade una e fragmentada, podem ser analisadas a partir dos circuitos da economia urbana, mas a explicação não se encontra na malha urbana, visto que o circuito superior constrói seu poder organizando o território nacional, com altos desempenhos, graças às verticalidades técnicas e ao papel do poder público (SILVEIRA, 2011). Portanto, os circuitos da economia urbana mantêm uma relação indissociável e diferenciam-se particularmente pelas diferenças no uso dos capitais, da tecnologia e da estruturação das atividades econômicas (SILVEIRA, 2011; CATAIA; SILVA, 2013) das cidades-gêmeas em questão.

Além das atividades econômicas, a noção de zona de fronteira se evidencia por interações que, embora internacionais, constituem um meio geográfico próprio de fronteira, só acessível na escala local e regional. Portanto, o componente geográfico que melhor diferencia a zona de fronteira é aquele composto pelas cidades-gêmeas (MACHADO, 2005). Por essa perspectiva, as regiões fronteiriças, designadamente aquelas construídas por cidades gêmeas, são lugares que não são constituídos exclusivamente pela racionalidade funcional e econômica, eles estão conduzidos de lógica para aqueles que os frequentam e que os vivem (CLAVAL, 2007) nas proximidades da fronteira ao exercer as atividades econômicas entre si.

Com base na organização das atividades econômicas estabelecidas nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, como pontua Silveira um circuito não pode ser explicado sem o outro. Portanto, o limite entre os circuitos (superior e inferior) é relacional, porém o circuito inferior é determinado pela dependência e pela subordinação ao circuito superior, que se transforma em um limite (SILVEIRA, 2011). Observa-se que, a partir desta abordagem dos dois circuitos da economia urbana estabelecida na análise da fronteira, tanto o território quanto espaço, tanto o Estado quanto as grandes corporações que se estabelecem na fronteira se comportam como agentes agregadores do poder. Portanto, a análise não pode deixar de empreender um reforço nas relações socioespaciais e políticas que definem a competição, as distinções e as coincidências entre os dois lados da fronteira. Nesse contexto, a fronteira é determinada por um receio em relação à força do trabalho, daí o interesse deste pelas lutas ligadas às fronteiras e à produção da subjetividade pelas pessoas (MEZZADRA; NEILSON, 2016). Nesse sentido, estão presentes as tensões e os

conflitos através das experiências dos fluxos de comércio transfronteiriço e de troca de mercadoria entre os dois Estados.

Ainda percebendo o espaço geográfico que se posiciona como expansão do mundo da mercadoria, foi determinado como mediador de processo de acumulação capitalista em que o espaço urbano, terra, força de trabalho e tudo o que pode ser mercantilizado na esfera terrestre contribui para sustentar tal acumulação (CARLOS, 2011). No entendimento de Rochefort (1998), o espaço urbano decorre de muitos fatores que tendem a fragmentar as metrópoles. Esses fatores podem ser observados nas grandes cidades dos países desenvolvidos tanto quanto nos considerados subdesenvolvidos (como no caso das cidades de Ouanaminthe e Dajabón).

Dessa forma, diz respeito às atividades da sociedade redefinidas a cada momento, que permitem a existência e a reprodução social entre as cidades de Ouanaminthe e Dajabón. Entende-se, ainda, Corrêa (1989) afirma que a caracterização de circuito espacial de produção constitui-se a essência da circulação de mercadoria na ligação das diferentes etapas da produção, também acarretando na condição do espaço como elemento ativo da reprodução social, focalizando na atividade produtiva prevalente. Além disso, na ideia de circuito de produção, de distribuição e de troca, a produção não se limitaria ao ato produtivo em si, mas também é determinada pela circulação de mercadoria, uma vez que a produção chega ao consumo final, situação em que se realiza a apropriação do excedente.

Ao se referirem à existência e à reprodução social, as interações espaciais refletem as diferenças de lugares por meio das necessidades historicamente identificadas. Em relação às transformações, as interações espaciais caracterizam-se por assimetria, reflexo por relações que, de fato, tendem a favorecer um lugar em detrimento de um outro, exacerbando ainda mais as diferenças já efetivas, o que se refere à transformação dos lugares (CORRÊA, 1997). Assim, há uma assimetria entre as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Tais assimetrias podem ser explicadas por meio do grau de divergências econômicas e sociopolíticas estabelecidas e podem ser explicadas por meio do grau de desenvolvimento socioeconômico e político dos dois Estados, além da formação social, das dinâmicas estabelecidas na construção social e de economia local/regional da população transfronteiriça.

Além disso, estas diferenças manifestam-se através do espaço-rede-regional-nacional, o que se percebe nas condições espaciais e estruturais das populações marcadas pela ausência de infraestrutura e de conexão entre as acumulações vizinhas. As vinculações políticas entre as unidades administrativas locais, regionais e o governo central

são os motivos predominantes que influenciam a transformação socioeconômica por meio de dois circuitos da economia urbana nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Assim, discutiremos as questões dos corredores transfronteiriços e da rede de circulação de mercadorias entre os dois países no item a seguir.

### **3. CORREDORES TRANSFRONTEIRIÇOS E REDES DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NAS CIDADES-GÊMEAS**

Na dinamização dos fluxos de comércio e de estabelecimentos de trocas de mercadorias entre o Haiti e a República Dominicana, constituem-se diversas redes de corredores onde circulam as mercadorias, tanto formais como informais, principalmente entre as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Lembramos ainda a ideia de Tostes e Ferreira (2016), de que os corredores seriam determinados como as partes de estruturas de transportes, vinculando as regiões ou polos entre os quais transcorrem/sucedem, desenrolam-se pelas atividades comerciais intercâmbios de mercadorias de densidade tal que justifique a adoção de modernas tecnologias de manuseio, armazenagem e transportes, tendo em vista, principalmente, a difusão. Também requerem investimentos intensivos de capital, não obstante possibilitem diminuições significativas nos custos para as locomoções de mercadorias (entre regiões, além de impactar as diversas regiões de países).

Nesta perspectiva, revela-se a possibilidade de mudança concreta por meio da construção de corredores entre as duas principais regiões econômicas vinculadas à área de fronteira de dois países, especialmente as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. No plano de análise, é uma contribuição evidente para o entendimento da real circulação de mercadorias nos corredores transfronteiriços entre Haiti e República Dominicana.

A partir dos estudos de fronteira que revelam a circulação de comércio e de mercadorias entre as diferentes regiões fronteiriças entre dois países, Wesley (2012) aponta que os corredores transfronteiriços são espaços de natureza diversificada e de particularidades multifacetadas, relacionados a ambientes enigmáticos e portos, em tempos definidos por militarismos e nacionalismos, diretamente vinculados ao fundamento da soberania territorial. No período atual, essa idealização dá lugar a espaços de contato e de articulação, interface, transição, sinergia ou comutação, de encontro e cooperação comercial.

Nota-se ainda a profundidade de elementos da vida cotidiana dos fronteiriços e das interações de empresas em cada região de fronteira, que permitem, de fato, constituir os

corredores fronteiriços entre o Haiti e a República Dominicana, que nos permitem empreender a construção de um conhecimento do espaço fronteiriço em todas as suas dimensões. Isso faz com que esse espaço conheça um desenvolvimento próprio, resultado de uma unificação de forças externas referentes a uma estrutura cujo centro encontra-se nos países-polos e de forças internas já presentes nesse espaço (principalmente nos espaços fronteiriços ou geográficos de Ouanaminthe e de Dajabón). Portanto, é concebido como resultado da diferenciação das condições de subdesenvolvimento e a originalidade dos acontecimentos para cada região, tanto nacional como internacional.

Por meio de uma concepção mais geral de circulação de mercadoria no território nacional, os corredores transfronteiriços de Ouanaminthe e Dajabón representam as potencialidades de crescimento da produção impulsionáveis num dado momento e em diferentes regiões e as possibilidades de aumento do consumo final urbano. Assim, tais processos possibilitam identificar as grandes concentrações de embarque e desembarque de carga, as quais dimensionarão a capacidade do transporte linear para atendimento de circulação de mercadoria e de fluxo de pessoas mais expressivo entre as diversas regiões do país. No caso do espaço banal das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, concordamos com Silveira (2011), quando afirma que todos os agentes (econômicos) separam uma localização e um arranjo de fatores de produção importantes para produzir e consumir, apesar das acirradas diferenças no meio construído do território e na economia.

Dentre os sistemas de corredores fronteiriços que compartilham as interações espaciais e econômicas, Félix *et al.* (1997) ressaltam que a intensificação da atividade econômica em cada corredor passa a ser efetivada pela particularidade não autônoma das cidades, que requerem transações com outras cidades, e o fato de os centros urbanos mais próximos serem integrados à estrutura espacial resulta que a inter-relação mais intensa não se limita ao âmbito regional do corredor transfronteiriço. Não obstante, é necessário levar em consideração que o nível de interação e de cooperação entre cidades provém em grande parte de sua dimensão relativa, especialização em determinadas atividades comerciais, bem como custos de distância e de transportes.

A difusão das dimensões modernas praticadas nas diversas regiões fronteiriças do Haiti e da República Dominicana, tanto em escala nacional quanto urbana, refere-se à construção do mercado fronteiriço compartilhado pelas populações, permitindo a circulação dos fluxos e trocas de comércio, tanto formal e informal entre os sujeitos fronteiriços. Ademais, dinamizam os produtos alimentícios pelas diversas regiões do país (circuito inferior da economia urbana) e também a zona franca, especializada na produção têxtil para

mercadoria nacional e internacional (roupas, jeans para exportação), pelas atividades do circuito superior da economia urbana, instaladas no município de Ouanaminthe, cidade limítrofe com a de Dajabón.

Nesse contexto, é relevante a essa economia superior, embora não realizadas pelos atores hegemônicos, atividades como alguns transportes, consertos, distribuição, abastecimento, contabilidade, produção de certas matérias-primas ou serviços que pertencem a empresas/instituições de capitais mais discretos, cuja comunicação com a técnica e a estrutura do circuito superior é possibilidade de existência. Com isso, possui uma constrição das relações presentes entre o circuito superior e inferior que pode ser percebida quando os grandes e pequenos comerciantes são geralmente subordinados à técnica de aprovisionamento organizado e estruturado pelos agentes superiores da fronteira, por meio das grandes redes de atacadistas, varejistas e distribuidores de produtos alimentícios na região devido ao mercado binacional construído nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Em relação às construções de redes comerciais construídas e de mercadorias instaladas nas cidades-gêmeas, podemos dizer que a difusão das redes estabelecidas entre os fronteiriços pode levar ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho em seus diferentes graus de eventualidade.

Conforme Corrêa (2001a), tal divisão territorial do trabalho em escala cada vez mais globalizado apenas é viável a partir de várias redes técnicas elaboradas na proeminência da expansão capitalista. Além da divisão territorial do trabalho gerada nos espaços fronteiriços de dois países, as redes construídas nas cidades-gêmeas permitiram desencadear grande potencialidade na articulação das ações nos diversos subespaços de fronteiras.

Com base nessa análise, Silveira (2011) propõe em *“Mercado socialmente necessário”* que tais relações de troca, de produção e de mercadoria podem possuir origens ancestrais, ainda antecedentes àquelas que incentivam ou estimulam a visão hegemônica de mercado. Em relação a essa proposta, a autora, analisando plenamente de baixo para cima concretizado e territorializado, refere-se ao circuito inferior da economia urbana. Adicionalmente, relaciona ainda essa conjuntura às estruturas sociais sobreviventes das sucessivas modernizações e aos sistemas mais modernos que, historicamente, dispuseram da potencialidade de interagir com práticas tradicionais, como aqueles comércios onde a negociação prepondera sobre a aquisição e a destruição do outro (através do técnico-científico-informacional e da difusão da comunicação produzida pelas empresas).

Félix (1997) aponta que a difusão de comunicações e de transportes entre os corredores transfronteiriços cria uma eventualidade na espacialização de produção. No entanto, a construção de rede de transportes mais eficientes permite que as regiões não precisem produzir mais para suas próprias necessidades, os produtos podem ser produzidos em qualquer outro ponto do país. O que leva a uma possibilidade crescente das trocas, a uma intensificação de fluxo de movimento nas grandes cidades e também nas cidades médias para os devidos locais de compra e venda (SANTOS, 2004). Quanto mais uma cidade apresenta inclusão de tecnologia e ciência, o lugar passa a ter maior grau de especialização, aumentando a qualidade, a intensidade de fluxos que saem e chegam a uma área. Isso pode levar a uma redução dos preços de transportes na medida em que se cria uma intensidade de fluxos de movimento (SANTOS, 2008) entre as redes de circulação dos comércios nos corredores transfronteiriços de dois países.

Em relação às redes de circulação nos corredores transfronteiriços de dois Estados, aumentam-se os fluxos de pessoas e trocas de mercadoria entre os fronteiriços. Através do mercado estabelecido na fronteira, a circulação de pedestres passa a aumentar entre os corredores. De acordo com Lefebvre (1999), essa velocidade da circulação de pedestres e caminhões passa a ser admitida, constituída e delimitada pela oportunidade de observar as vitrines, de comprar os objetos expostos (no mercado fronteiriço de Ouanaminthe e de Dajabón). Portanto, esse tempo torna-se o “tempo de mercadoria” (o que significa o tempo de compra e de venda, tempo comprado e vendido). As redes de corredores fronteiriços construídas entre os dois Estados permitem maior circulação comercial e de circuitos espaciais de produção entre os dois países.

Como efeito de especificidades dos espaços cruzados da fronteira, Haesbaert (2004) destaca que é de fundamental relevância diferenciar o que qualificamos de múltiplos territoriais e de multiterritorialidade. Assim, a multiplicidade de territórios apresenta como uma exigência *sine qua non*, imprescindível, porém não é considerável para a demonstração e exteriorização da multiplicidade. Portanto, isso pode ser extinto com a dicotomia entre a mobilidade e a fluidez. O território e a rede tencionam uma primeira diferenciação, muito crucial para o estabelecimento dos múltiplos territórios do capitalismo entre zonas-territórios, mais convencionais, e territórios-redes, que são mais dinamizados pela mobilidade e fluidez territorial.

Na busca da maior dinamização, circulação e fluidez no espaço fronteiriço, podemos entender que os territórios-redes entre o Haiti e República Dominicana passam por uma organização e reestruturação para maior circulação de produção desenvolvida pelas

grandes corporações em um determinado espaço, em função de suas estratégias de ação envolvidas no território nelas concebidas. Tal intervenção nessas cidades transfronteiriças de Ouanaminthe e Dajabón não pode ser considerada exclusivamente de objetos materiais, mas também instituídas pelas ordens e normas.

Em relação ao processo de formação das redes que permite a dinamização a externalização da produção nos territórios, revela-se ainda uma tipologia nos espaços fronteiriços do Haiti e da República Dominicana que integra o espaço geográfico. Há, por exemplo, a presença dos componentes fixos nos territórios transfronteiriços e também dos fluxos, que impulsionam esses territórios. Entendem-se as redes como formas e como normas que permitem a efetivação das mobilidades e das interações entre os espaços transfronteiriços. Assim, Dorfman e Cardin (2014) argumentam que esses espaços cruzados, (especialmente os corredores fronteiriços) mantêm certa dominação dos limites tradicionais entre interna e nacional, público e privado. Isso traz a exigência de estabilização de um pensamento mais dinâmico das fronteiras internacionais, que são capazes de incorporar a soberania dos Estados por meio de uma estrutura global de segurança, e as múltiplas extraterritorialidades existentes nas delimitações territoriais.

Dentro dessa complexa relação construída por meio das múltiplas extraterritorialidades que estão presentes nos limites territoriais, Haesbert (2004) confirma o pensamento de Arrighi (1996) ao dizer que, de maneira geográfica, o capitalismo baseia-se nos dois grandes princípios/paradigmas territoriais. O primeiro é voltado para a dialética estatal, destinado como controladora de fluxos (pessoas, mercadorias e dinheiro, entre outros). Não obstante, principalmente pela sua direção por meio de nódulos de conexão, de modo controverso, se dá por diferenciar duas formas divergentes de raciocínio de poder em referência à evolução entre espaço econômico (capital) e a estrutura moderadamente estável do espaço político, e também as duas estratégias geoeconômicas e geopolíticas se intitulando de territorialismo<sup>1</sup> e capitalismo, dentre dos limites territoriais (estabelecem uma rede de circulação de mercadoria de um para outro lado da fronteira do Haiti e República Dominicana).

Para viabilizar as trocas de produção entre os dois países, as redes de infraestrutura passam a atuar como reforço para os fluxos materiais e imateriais no território, tais como as redes de transporte, rodovias construídas nos corredores transfronteiriços das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Ainda para compreender a evolução da relação de troca das etapas nas regiões de fronteira entre os dois países, as noções de circuito

---

especial produtivo e círculos de cooperação são fundamentais, pois permitem uma visão interdependente das etapas espaciais do processo produtivo. Silva (2011) ocupou-se em demonstrar sua compreensão do circuito espacial de produção como uma categoria analítica da geografia que permite um estudo do uso do território pelas diferentes porções de atividades, permitindo a identificação dos agentes, dos fixos e fluxos que geram as especialidades dos lugares.

Portanto, tais processos de especialidades podem acontecer na categoria interurbana e também em escala regional, nacional e internacional. Por esse motivo, a função crucial dos circuitos de cooperação, de fato, agrega às etapas da produção até ao consumo, que, atualmente, tende a ser global para determinadas atividades (no caso da Zona Franca de CODEVI, estabelecida na cidade de Ouanaminthe, especializada na produção de têxtil).

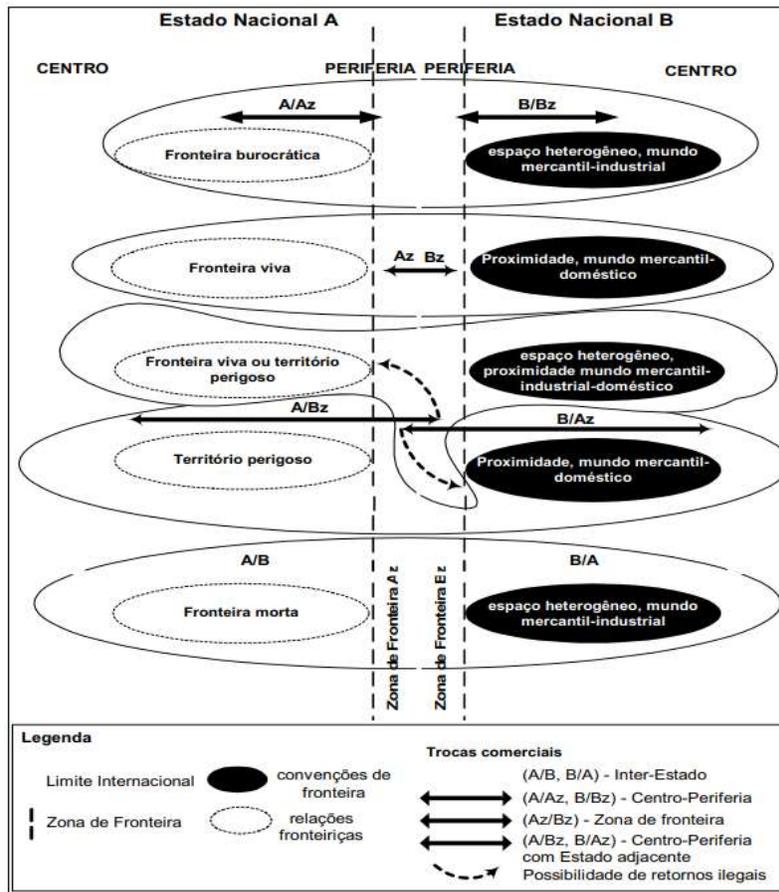
Os agentes econômicos ligados às atividades comerciais e industriais nos corredores fronteiriços de Ouanaminthe e Dajabón, principalmente a Zona Franca de produção têxtil de CODEVI (Ver tópico a seguir), relacionam-se ao circuito superior da economia urbana. Como pontua Silva (2011), o circuito espacial de produção e círculo de cooperação permitem a leitura do lugar pela divisão territorial do trabalho, que, por meio de diferentes etapas de atividades, viabiliza a análise da hierarquia dos espaços, como o abrigo ou não de partes dessas atividades. Isso é observável, por exemplo, em relação às atividades econômicas construídas na cidade de Ouanaminthe, além do mercado fronteiriço, onde as duas populações compartilham as trocas de mercadoria.

Porém, a informação hegemônica imposta pelas grandes indústrias de confecções coexiste com a informação usada como resistência nos microcircuitos das confecções, que oferecem uma grande quantidade de mão de obra barata (SILVEIRA, 2011) e dinamiza novas oportunidades para os fronteiriços. Interligados a essa dinâmica dos circuitos espaciais de produção, Castillo e Frederico (2010) expõem que tais circuitos determinam como ocorre a circulação de matéria (fluxos materiais) na ligação das instâncias geograficamente diferenciadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto por meio de uma dinâmica constante.

Com tal característica, os círculos de cooperação no espaço, no que lhe diz respeito, controlam a comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), caucionando os níveis de estruturação essenciais para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, ou seja, unificando, mediante comandos centralizados, as diversas fases, notadamente fragmentadas da produção. Esses fatores implicam que os corredores de fronteira deverão apresentar variadas

possibilidades de inter-relação entre as cidades que os compõem (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Tal contexto se observa nas regiões transfronteiriças entre o Haiti e a República Dominicana.

No entanto, em termos de relações transfronteiriças com maior impacto regional, elas ocorrem no nível de transações comerciais de natureza personalizada, onde os habitantes de ambos os lados da fronteira se deslocam para a contraparte, trocam bens e serviços de diferentes tipos. Em outro nível, são realizadas as transações devidas à indústria maquinadora, tais como: derramamento de salário exportação indireta de suprimentos, materiais e serviços de embalagem. Outro tipo são as transações comerciais entre empresas, nas quais os serviços ao produtor estão localizados. A interação binacional também é incentivada graças ao fato de os corredores de fronteira estarem vinculados ao comércio internacional (pela via terrestre). Dessa forma, a circulação de mercadorias, de pessoas, de produtos e trocas comerciais passa a crescer significativamente. A Figura 2 ilustra como a dinamização da população se dá na zona transfronteiriça.



**Figura 2** - Interatividades comerciais e agentes de controle das áreas fronteiriças (1980). **Fonte:** Adaptado de House (1980); Max; Oliveira (2009).

Nesse sentido, esse processo de trocas está evidenciado em um conjunto de interações sociais e materiais que ocorrem na área de fronteira, que, por vezes, proporciona uma distribuição de acordo com seus graus de integração formal e funcional, por meio de uma tipologia de relações fronteiriças. Portanto, essas condições são capazes de instituir numa categorização de fronteira morta, fronteira viva, território perigoso e fronteira burocrática. Ainda que a função (A) mostre uma baixa integração formal com baixa funcional, é considerada como fronteira morta, que possibilita uma passividade entre os agregados urbanos fronteiriços. Enquanto o território perigoso é categorizado como a função (B), devido à intensa informalidade, repercute a presença mínima das instituições e do Estado (RAFFESTIN, 1993; OLIVEIRA, 2005; MAX; OLIVEIRA, 2009).

Além disso, a fronteira viva qualifica como uma conjuntura de alta integração formal com a excelente integração funcional que expõe uma evolução de interações providenciadas por um enfrentamento/disputa das lógicas políticas e econômicas, considerando como função (C). Por outro lado, a função (D) faz parte da fronteira burocrática, que está relacionada a uma intensa integração formal com baixa integração funcional, na qual predomina o aperfeiçoamento da competitividade do meio geográfico com vinculação a outras regiões, e também promove um intenso aparato empresarial e estatal com pouco espaço para a estruturação de elos sociais entre os diversos atores transfronteiriços para estabelecer melhor controle e supervisão dessa área (OLIVEIRA, 2005; MAX; OLIVEIRA, 2009).

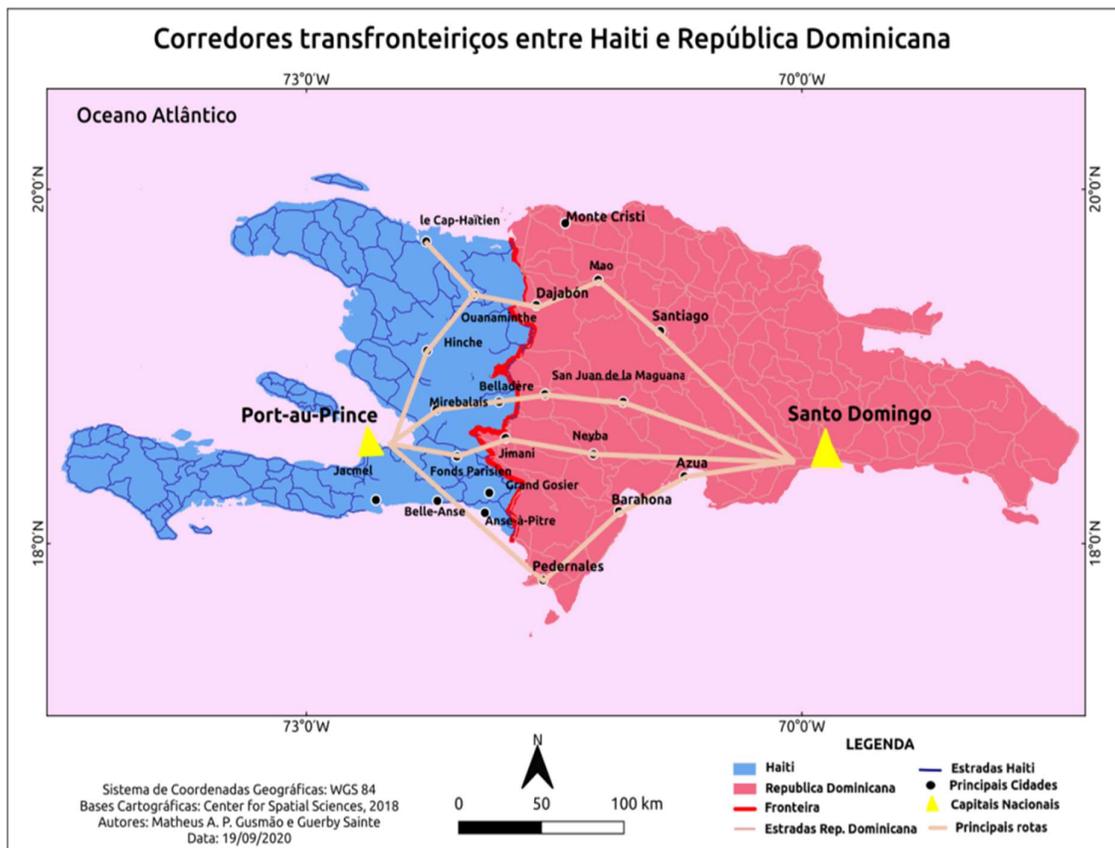
Durante as entrevistas realizadas com Maria-Louise e Eloïs, comerciantes no mercado transfronteiriço, elas afirmam que: “para nós, comerciantes, há falta de supervisão por parte das autoridades locais; o Estado serviu como um bloqueio para os comerciantes de Ouanaminthe; não há um sistema de crédito para os comerciantes” (Trabalho de Campo, Marie-Louis e Eloïs, informação verbal, 2019).

As interações espaciais, locais e regionais, que são interpretadas a partir da coleta de dados primários, realizada em trabalhos de campo e em documentos de pesquisas que estão no Haiti – poucas – e na República Dominicana – em maior número –debruçam-se sobre a importância da região fronteiriça para a integração insular. Esses dados são referentes às feiras construídas nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e de Dajabón, quando então a fronteira é aberta para a circulação de pessoas. A questão da produção da economia informal tem destaque nos corredores fronteiriços das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

Em relação à construção da economia informal ligada ao circuito inferior da economia urbana promovida na área de fronteira, cabe destacar que a coexistência de corredores

transfronteiriços entre Ouanaminthe e Dajabón é eventualmente considerada como a formação de regiões econômicas. Portanto, trata-se de um dado indissociável dos processos de abertura de fronteiras, que tem sido intensamente estudado por Jessop (2002). Outrossim, esses corredores que são territórios de alta receptividade e solidariedade geopolítica, em que se verificam moderadamente contrabandos de mercadorias, vulnerabilidades socioespaciais (desflorestamento), pobreza da população fronteiriça, lavagem de dinheiro, passagem de comércios ilegais e informais.

Ademais, tais corredores transfronteiriços são apreendidos a partir das interações espaciais extralocais, que, por sua vez, serão objeto da pesquisa a partir de dados secundários sobre a circulação de mercadorias formais que passam pela fronteira de Ouanaminthe e Dajabón e as infraestruturas necessárias para esse trabalho de circulação, ou seja, como os territórios são preparados para a fluidez requerida pelas duas economias nacionais. O destaque é para a circulação de mercadorias formalizadas e suas infraestruturas. A Figura 3, a seguir, destaca os principais corredores transfronteiriços entre o Haiti e a República Dominicana.



**Figura 3** - Corredores transfronteiriços entre Haiti e República Dominicana (2020)

**Fonte:** Center for Spatial Sciences (2018). Elaboração: Guerby Sainte (2020).

Em certa medida, Alfonso (2010) ressalva que a fronteira dominicano-haitiana se comporta como um cenário da formação de corredores transfronteiriços e aglomerações urbanas, alguns dos quais poderiam ser transformados no tipo de complexos urbanos antes de serem definidos. Em todos os casos, essa aglomeração urbana condensa a relação de poder contida nos corredores na totalidade das relações binacionais, mas elas se constituem como relações espaciais específicas. Essa relação socioespacial deve ser analisada à luz de certas particularidades dessa fronteira e da relação binacional.

A respeito de diversas expressões, como binacional, transfronteiriço e transnacional, usadas para caracterizar vários tipos de relações entre o Haiti e a República Dominicana, as relações transfronteiriças de Ouanaminthe e Dajabón comprovam observação das relações locais entre as populações que convivem na proximidade da fronteira. O binacional diz respeito especificamente às relações entre dois Estados, envolvendo os dois governos e uma porção da população; porém, a transnacional compreende as relações de dimensão global, o fluxo de pessoas e bens por meio do uso de circuitos de várias regiões, e, ao mesmo tempo, dos circuitos de reexportação de mercadorias.

Em relação aos circuitos de reexportação da mercadoria nas áreas de fronteira entre os dois países, segundo Machado (2005), a escala local ou regional, o meio geográfico da região de fronteira é caracterizado por cidades-gêmeas. Neste caso, ocasionalmente, separam as duas populações pela linha de fronteira, seja fluvial ou seca, e, pela presença de infraestrutura ou não, apresentam capacidade de integrações culturais e econômicas, assim como dificuldades, que são as próprias particularidades das fronteiras. Sendo assim, tais características das fronteiras podem ser analisadas nas cidades gêmeas devido às principais atividades comerciais desenvolvidas no mercado binacional, passam por uma explosão demográfica dos cidadãos, com consequência direta sobre o crescimento da economia dessas cidades.

Durante as entrevistas realizadas com agentes policiais de migração, em 29 de janeiro de 2019, foi feita a seguinte questão: “Como a área de fronteira é um lugar que liga dois Estados soberanos, as pessoas que vivem na área de fronteira compartilham idiomas, culturas e bens comerciais entre si. Há algum tipo de conflitos entre as pessoas que praticam relações comerciais transfronteiriças? Quais são eles, por exemplo?”.

O policial respondeu: ainda existem conflitos de interesses na fronteira entre Haiti e República Dominicana. Essas assimetrias vêm aumentando, de fato, e do lado dominicano, a fronteira é altamente militarizada e protegida por soldados armados e bem equipados ao longo de toda a fronteira. Enquanto do lado haitiano, não há gestão e proteção na fronteira, uma vez que só é administrada por policiais menos equipados do que os soldados do país vizinho. A polícia de imigração detém um

papel essencial na entrada e saída de pessoas no país. Quando existem conflitos entre as pessoas envolvidas em atividades comerciais no mercado transfronteiriço, são as autoridades locais (magistrados, Embaixadores e Ministério do Interior) que lidam com este tipo de problemas através do canal diplomático. Esses tipos de conflitos estão afetando enormemente os comerciantes haitianos e dominicanos que praticam atividades comerciais na zona de fronteira. Para resolver esse tipo de crise, haitianos e dominicanos se manifestaram para exigir que os governos tomassem as medidas necessárias para resolver as divergências com o país vizinho. Esses interesses podem ser econômicos, políticos e comerciais. Por outro lado, esse tipo de conflito existe quando há um haitiano morto por um dominicano/soldado ou um dominicano ferido pelo haitiano na fronteira. Talvez no caso de um dos governos decidir fazer certas restrições sobre os produtos comercializados ou para impedir que certos produtos entrem neste país (Policia de migração, informação verbal, fevereiro de 2019).

Essas instituições são nódulos na gestão de fronteira, representam uma arquitetura material aduaneira por onde pessoas e mercadorias que nela circulam são reconhecidas como “legais” por ambos os países que disputam o seu poder em cada lado da fronteira (CATAIA, 2013). Dentre desses conjuntos de mercadorias e pessoas que cruzam as fronteiras, há uma parte que os Estados reconhecem como legais, e, dentro delas, boa parte atravessa as fronteiras de maneira ilegal, mas movimentam as economias urbanas, principalmente os dois circuitos da economia urbana), local, regional e nacional desses dois Estados insulares.

#### **4. AGENETES ECONOMICOS LIGADOS AS ATIVIDADES COMERCIAIS NAS FRONTEIRAS**

Na área de fronteira existe uma variedade de tipologia das mercadorias comercializadas pelas comunidades fronteiriças. Além disso, observa-se o desenvolvimento de limites políticos frequentemente artificiais e seus efeitos contraditórios sobre a população e a economia. Algumas fronteiras expostas a operações militares, localizadas longe dos centros da vida política e econômica, são desvitalizadas, enquanto outras atraem as populações que deveriam separar e servem como um lugar privilegiado para o reagrupamento de empresas, atividades comerciais e industriais (CLAVAL, 1974). Com as esferas da globalização e as demandas exigidas do mercado internacional, diversas regiões do país, principalmente as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, estão relacionadas a atividades comerciais mais competitivas, vinculadas à exportação. Nesta hipótese, Silveira (2011) menciona que algumas atividades são fundamentais ao circuito total de produção.

As conjunturas que nelas estão presentes podem ser intencionalmente introduzidas e contribuem para haver maior rentabilidade a certas atividades de produção, propondo o

estabelecimento das próprias empresas nas mais exigentes normas da produtividade. Por esse motivo, há uma disposição à acumulação de atividades idênticas ou suplementares sobre uma mesma região do país, gerando reais especializações de produção, tanto no campo (produção alimentícios e produtos industrializados), como nas áreas urbanas ligadas a um conjunto de atividades de produção industrial (da zona franca de CODEVI).

Tais atividades de produção industriais fabricadas pela zona franca de CODEVI são vinculadas ao circuito da economia urbana. Segundo Cataia e Silva (2013), tal circuito não pode existir sem os elos dos circuitos espaciais de produção. Santos (1986), por sua vez, enfatiza que as particularizações da espacialização da divisão territorial do trabalho são apresentadas na especialização regional de produção e na racionalidade que norteia a dinâmica das mercadorias, as noções do circuito espacial de produção e círculo de cooperação no espaço. E, de acordo com Castilho e Frederico (2010), tornam-se essenciais para a compreensão da organização, da normatização e do uso do território (e do espaço).

Porém, a forma pela qual o espaço é organizado e usado espacialmente está associada, na literatura geográfica, em função disso. No contexto de uso dos territórios fronteiriços de Ouanaminthe e Dajabón pelas grandes corporações (por exemplo, CODEVI), houve uma expansão dos circuitos espaciais produtivos. Na dinamização de modo de distribuição e circulação de produção da produção têxtil de CODEVI na cidade de Ouanaminthe.

Com a evolução dos fluxos de produção, de circulação e comércio promovida nas áreas fronteiriças de dois países, a presença da zona franca, especializada na produção industrial de têxtil, está relacionada à atividade de exportação dos produtos têxteis, tais como a zona franca de CODEVI. Bost (2010) aponta que uma zona franca é um espaço territorial aduaneiro nacional localizado próximo de um aeroporto internacional ou um porto onde se envolvem os bens de equipamento, componentes e materiais externos, sem nenhuma formalidade aduaneira. Então, esses produtos importados são geralmente diversificados na zona franca e posteriormente devem ser transportados ao exterior, sem interferência dos controles aduaneiros do país em que nele se estabelece.

Independentemente do aspecto com que se objetiva a zona franca e a área transfronteiriça, a descontinuação total ou parcial da legislação nacional nos limites territoriais é considerada como uma imunidade dos Estados nacionais. Essas estratégias poderiam ser gradativamente usadas pelos Estados como um aspecto optativo de regulação das fronteiras internacionais para examinar aos propósitos imediatos de natureza econômica (MACHADO, 2000).

Este fato é geralmente relacionado à organização de zonas francas e zonas de livre comércio, em que as regulamentações elementares do estatuto de extraterritorialidades instituem serviços aduaneiros, ou seja, o Estado abre mão de cobrança de direitos da alfândega para os produtos de exportações e importações para as empresas estabelecidas nos territórios especiais. Esse pensamento se torna ainda mais difícil tendo em vista que as principais zonas industriais determinadas à exportação são capazes de ter privilégio ao estatuto de extraterritorialidade (MACHADO, 2000). Como mencionado pela autora, essa relação mantida com as indústrias de exportação incentiva a oferta de outros benefícios, tais como a isenção de impostos e de taxas variadas, de modo que elas podem fazer empréstimos com a redução de juros mesmo que a legislação do trabalho seja modificada.

Na mesma medida, estabelecem suas regras sobre as importações e exportações das corporações constituídas na fronteira dominicano-haitiana. Eventualmente, a gestão não estatal das delimitações do Estado recepciona o uso da fronteira como um recurso econômico, também como política de reserva dos mercados, ao justificar a segurança ao produto nacional fomentada pelos agentes privados com aquisição aos arranjos institucionais e espaciais (DORFMAN, 2011).

Com base nesses aspectos, essa dificuldade se manifesta atualmente numa tipologia de zonas francas que podem ser categorizadas em dois tipos, segundo Machado (2000): i) *zonas francas de livre-comércio* – especializadas em exportação e importação de mercadorias isentas pelos direitos da alfândega; ii) *zonas francas industriais* – que viabilizam algum tipo de processamento industrial atribuído à exportação. Salienta-se que as zonas francas de produção industriais de exportação em que foram empregados os trabalhadores menos qualificados, em grande parte, são estabelecidas nos países do Terceiro-mundo. Possuem como principais intuítos: atrair os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) para os países hospedados; viabilizar trabalhos para melhorar os problemas de subempregos e desempregos no país onde foi estabelecida; auxiliar na criação de renda; e propiciar divisas estrangeiras por meio da realização de exportação não tradicionais (DZF, 2014).

A esse respeito, tais práticas de atividades de exportação não tradicionais estabelecidas pela zona franca na fronteira de Ouanaminthe, é importante mencionar que o sistema capitalista precisa subordinar a exploração de trabalho, relacionada em todos os estratos sociais para se lucrar. Essas vinculações subordinadas se encontram nas classes operárias, relacionadas à exploração da força do trabalho, e são inseparáveis, tanto na

realidade como na análise (DESROSIERS, 2014), em diferentes países subdesenvolvidos, como no caso do Haiti.

Percebe-se que os países subdesenvolvidos são multipolarizados, e isso significa que são sujeitados e pressionados por diversas influências e polarizações oriundas de diferentes tipos de decisão na área de fronteira. Portanto, esse espaço (principalmente as cidades fronteiriças) é marcado por uma diferença enorme de renda dentro a sociedade, que, portanto, polariza-se ou se exprime tanto na dimensão local e regional quanto nacional, por uma ação de hierarquização das atividades, e na escala do lugar pela presença de atividades de natureza idêntica, mas de categoria diferenciada (SANTOS, 2002). Portanto, esses agentes econômicos estabelecidos na região de fronteira podem levar à reconfiguração política e territorial das cidades de Ouanaminthe e Dajabón, devido aos fluxos de pessoas que frequentam a empresa e podem tornar a relação comercial estabelecida na fronteira mais competitiva devido às interações comerciais trocadas na fronteira.

No âmbito do estabelecimento da zona franca de CODEVI e da relação das trocas comerciais promovidas nas fronteiras de Ouanaminthe e Dajabón, Séguy (2014) aponta que a estruturação do espaço do trabalho é pautada pela eficácia e pelo lucro, que não é contrário à concepção de uma classe de pessoas empobrecida e forçada a trabalhar pelo lucro mínimo que apoderou particularmente de todas as riquezas dispostas socialmente.

O mais relevante é que a organização de trabalho pautada pela eficácia e pelo lucro, porém, não é relacionada à população toda, mas exclusivamente à camada social dos capitalistas modernos que está em busca de lucros (SEGUY, 2014). Porém, os efeitos que ocasionam essas modificações são tão complexos que a organização do espaço das corporações passa a ser entendida de forma a aumentar a produtividade, a reprodução de mais-valia e o lucro via exploração de força de trabalho (MARX, 1987).

Atrás dessa zona franca estabelecida na região de fronteira, há a possibilidade de que a população tenha acesso ao mercado de trabalho, para muitas pessoas a única fonte de renda era o comércio. Todavia, essa dinâmica das atividades econômicas nas áreas de fronteira está vinculada ao fenômeno da industrialização, principalmente, a zona franca de CODEVI. E o comércio transfronteiriço favorece a criação de mão de obra, bens e serviços coletivos, bem como a aglomeração populacional e a extensão urbana em termos de mudança socioeconômica e espacial. No entanto, a implementação da CODEVI na cidade de Ouanaminthe permite uma ampliação do espaço urbano e também provoca um desequilíbrio socioeconômico na organização do espaço e das ações políticas. Para as

zonas de aglomeração com habitantes que vivem abaixo da linha da pobreza, há grandes desigualdades sociais, além de deficiências nas infraestruturas e nos serviços sociais básicos.

Podemos destacar que a complexidade da evolução econômica e social tem implicação direta sobre o desenvolvimento da política da cidade por falta de perspectiva do Estado no investimento e para as revitalizações do espaço dessa cidade, visto que os recursos financeiros adquiridos em termos de impostos são direcionados para o governo central. Segundo informação coletada com o *Diretor da Câmara Municipal de Ouanaminthe*;

Ouanaminthe tem muitos recursos para explorar em termos econômicos, mas no nível da alfândega, os meios são muito fracos porque não há uma descentralização real do poder econômico por parte do governo central e o Município não tem sua própria autonomia. O que faz com que a cidade de Ouanaminthe tenha dificuldades para desenvolver sua economia porque os recursos financeiros adquiridos da região são direcionados diretamente para a Capital, Porto Príncipe (Diretor da Câmara Municipal, informação verbal, 2019).

Devido ao crescimento que acontece no conteúdo geral da abertura das fronteiras, as consequências são políticas internacionais decididas em capitais nacionais sem consulta aos agentes das regiões envolvidas (MARTINEZ, 1994). Mesmo as instituições públicas de Ouanaminthe e Dajabón são delicadas e adquirem poucos apoios administrativos e financeiros do governo central. Tais cidades não possuem capacidades econômicas para enfrentar a pressão envolvida sobre a infraestrutura e a chegada de oportunidades para desenvolver meios legais e ilegais de subsistência que levaram à triplicação da população urbana.

A análise permite perceber que nos países em subdesenvolvimento, especialmente no caso do Haiti, na cidade de Ouanaminthe, a organização da estrutura urbana não põe em prática as regras de planejamento urbano. O desenvolvimento urbano é dirigido por estruturas de propriedade e também por práticas de uso da terra. Porém, no território vizinho, principalmente na cidade Dajabón, que divide o espaço urbano com a de Ouanaminthe, cabe o comando aos grandes proprietários que têm como estratégia o aumento no valor da terra ocupada por áreas residenciais de classe média e, conseqüentemente, a limitação da expansão urbana.

A segunda dificuldade que o governo de Ouanaminthe vem enfrentando e que prejudica o desenvolvimento local é a degradação ambiental, que se manifesta especificamente pelo processo erosivo. Tal fenômeno provoca principalmente a deflorestação, implicando falta de cobertura vegetal, deterioração do meio marinho, destruição de grande parte da agricultura durante o período pluvial, situação que afeta

diretamente a economia dessa cidade. Ademais, verifica-se a ausência de tratamento de esgoto pelo serviço público, conforme mostra a Figura 4.



**Figura 4** - Poluição do esgotamento e do espaço urbano da cidade de Ouanaminthe -2019.

**Fonte:** Trabalho de campo, autor, realizado em 28 de janeiro de 2019.

Durante as entrevistas realizadas com o Diretor da Prefeitura da cidade de Ouanaminthe, em 29 de janeiro de 2019, foi feita a seguinte questão: “Qual é o papel da fronteira na vida das relações entre essas cidades e nos diferentes usos dos territórios nacionais envolvidos?”.

O Diretor da Câmara Municipal respondeu: Ouanaminthe é considerada como uma zona cosmopolita para a região do Norte. Há pessoas que vêm de outras partes do país que vivem em Ouanaminthe e não voltam para a cidade natal devido a essas atividades comerciais envolvidas na fronteira. Isso faz com que essa cidade tenha muita insalubridade e lixo, portanto, esses resíduos representam um problema para o Município de Ouanaminthe. Durante o período chuvoso, vários lugares da região ficam alagados, prejudicando a vida e as atividades da população. Porém, por meio do comércio realizado na região, a cidade tem uma grande importância para o território local, regional e nacional, de modo que o comércio promovido na zona de fronteira projeta o Município de Ouanaminthe no cenário internacional devido ao comércio transfronteiriço estabelecendo entre Dajabón e Ouanaminthe e também por meio das grandes empresas internacionais instaladas na região, por exemplo, a CODEVI (Diretor da Prefeitura, informação verbal, janeiro de 2019).

Para uma eventual confirmação da discussão estabelecida por meio da base teórica, segundo as informações empíricas coletadas durante as entrevistas, realizadas em 1º de fevereiro de 2019, o comerciante de produtos alimentícios Lefranc Jodeben relata:

Para ser honesto, meu amigo, as atividades comerciais no mercado binacional estão funcionando muito bem. Mas do lado haitiano, temos um problema de eletricidade, falta de água potável, problemas de segurança e insalubridade. Enquanto em Dajabón, o lugar que vende mercadorias é muito mais limpo (Jodeben, informação verbal, 2019).

Um dos principais problemas em relação as políticas públicas para a reestruturação da situação da cidade de Ouanaminthe ainda é a pobreza. Ela se traduz na falta de emprego, na insegurança alimentar incessante e também no subdesenvolvimento do Haiti, afetando literalmente toda a cidade de Ouanaminthe e produzindo um efeito para a cidade de fronteira entre esse país e a República Dominicana (PNUE, 2013). Como percebemos durante as visitas técnicas, a zona franca de CODEVI traz também uma contribuição para aliviar as condições das pessoas e ao mesmo tempo explora a força de trabalho porque o salário recebido pelos funcionários não permite atender às condições de sobrevivência.

Ao chegar à CODEVI para a realização das visitas técnicas, percebi que havia um recrutamento onde milhares de pessoas estavam alinhadas para depositar os currículos. Mesmo sendo um trabalho forçado, oferece uma oportunidade para as populações de Ouanaminthe, conforme se observa na Figura 5.



**Figura 5** - Mobilização de pessoas na frente da CODEVI em busca de emprego (2019)

**Fonte:** Entrada de CODEVI, trabalho de Campo, realizado (2019).

Durante as entrevistas realizadas com o Diretor da prefeitura, em data de 29 de janeiro de 2019, foi feita a seguinte questão: “Qual é a importância da construção da Zona Franca CODEVI para a economia local e a população dessa região? Traz desenvolvimento para a comunidade local?”.

O Diretor respondeu:

A implantação da Zona Franca de (CODEVI) contribui geralmente em atividades socioculturais organizadas pela prefeitura e oferece uma oportunidade para os jovens da região através da criação de empregos. A Zona Franca de CODEVI contém mais de 10.000 funcionários vindo de diferentes lugares do país. Além disso, ela ajuda o governo local na compra de combustível, doando cerca de 375 litros de gasolina por semana para limpar a cidade. No contexto do desenvolvimento local, ela constrói cafeterias para pequenos comerciantes. A CODEVI tem um projeto para

construir um posto de gasolina para ajudar os motoristas, os taxistas de moto, também os proprietários de carros ou de caminhão e também a comunidade local a comprar gasolina a crédito, e essas pessoas podem pagar as faturas a cada sexta-feira. É nesta forma que a CODEVI apoia a população de Ouanaminthe (Diretor da Câmara Municipal, Informação verbal, 2019).

Em decorrência desta análise, observa-se que esse problema está diretamente ligado à fraqueza das estruturas do governo ao estabelecer o plano urbanístico e à sua capacidade muito limitada de estimular o crescimento econômico, mobilizando os recursos necessários para fornecer um mínimo de serviços sociais básicos à sua população. Tal posição é orientada em uma perspectiva ideológica que considera a urbanização como uma evidência de desenvolvimento econômico, integrando o desenvolvimento de serviços e a qualidade de vida da população de tal área.

Além disso, essa correlação entre a proporção da população urbanizada e o crescimento das necessidades urbanas deve levar em conta uma política de amplo acesso aos serviços sociais básicos. Os diferentes dispositivos operacionais que articulam as necessidades de serviços e suas demandas são em grande parte determinados pela concepção de lugar dos serviços sociais com as necessidades da população local, e não pelo nível de desenvolvimento econômico dos países.

O terceiro fator a ser destacado é a fraqueza da governança e a falta de responsabilidade do governo haitiano, que se reproduz em todas as facetas da economia e da sociedade local e tem consequências prejudiciais para a cidade de Ouanaminthe. A falta de iniciativa do governo, a ausência de um projeto e de um planejamento para investir na infraestrutura e na criação e construção das redes urbanas para facilitar a circulação da mercadoria e permitir o deslocamento da população local também fazem com que a sociedade local seja o pilar de um projeto de integração social das cidades transfronteiriças.

Em virtude disso, a relação entre a urbanização e o problema dos serviços sociais requer certa política em termos de ação e intervenção social dos países que integrem o papel e a função do Estado no que diz respeito ao bem-estar dos cidadãos fronteiriços. Cabe ressaltar que a questão dos serviços sociais aparece em todos os contextos urbanos e constitui questões importantes em relação ao planejamento político das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, bem como ao desenvolvimento socioeconômico com implementação das grandes corporações nas zonas de fronteira, com destaque à produção de serviços sociais na dinâmica da economia urbana dessas cidades transfronteiriças.

## **5. ZONA FRANCA DE CODEVI E ECONOMIA POLITICA DA CIDADE DE OUANAMINTHE**

A implementação das indústrias de produção especializada nos países periféricos, segundo análise de Silveira (2011), é vinculada à pluralidade dos sistemas técnicos e formas de trabalhar das grandes corporações estabelecidas nestes países sujeitadas ao domínio das forças externas que impõem as modernizações e geram condições de oligopólio. As novas áreas são incorporadas à produção moderna sob o domínio de grandes empresas, pela existência exclusiva nas porções do território (principalmente na parte Norte das regiões de fronteira do Haiti), no intuito de fortalecer a condição oligopolista das grandes corporações.

Considerando as particularidades do espaço geográfico dos lugares e das estruturas geográficas de cada cidade fronteiriça, como no caso das regiões de fronteiras do Haiti e da República Dominicana, conforme Silveira (2008), tal caracterização da modernização não está ligada integralmente ao processo da urbanização desses países subdesenvolvidos à modernização das empresas colocadas que a urbanização do território e da sociedade anteciparam. Em diversos lugares, a industrialização desses países e, além disso, muitas dessas cidades nem foram alcançadas pelo sistema de industrialização e da urbanização.

Mesmo que houvesse um crescimento da urbanização e promovesse novo estabelecimento das indústrias modernizadas nos países subdesenvolvidos, não se apresentaria uma ampliação de mão de obra nas áreas urbanas. Visto desta lógica, podemos apontar que o crescimento populacional e o êxodo ocorrido nas diversas cidades dos países periféricos, principalmente nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, tiveram como resultado as trocas comerciais impulsionadas pelas populações de duas cidades transfronteiriças no mercado binacional. E, também, o estabelecimento da Zona Franca de CODEVI, especializada na produção têxtil, que é incapaz de adquirir toda a força de mão de obra dos fronteiriços, provocou a permanência ao redor das cidades das atividades de trocas de mercadorias no mercado fronteiriço dos dois países.

Nesse contexto, a construção das Zonas Francas no Haiti foi especializada na indústria de produção de têxtil e é confiada a um departamento tecnicamente descentralizado criado pelo Ministério do Comércio e Indústria (MCI) pela lei de 9 de julho de 2002 sobre as zonas francas, chamado Direção das Zonas Francas (DZF). Essa diretoria proporciona a secretaria técnica do Conselho Nacional de Zonas Francas (CNZF) e também

confirma a efetivação de decisões tomadas pelo CNZF. Recentemente, a DZF, com a contribuição do MCI, passou a colocar em ação um forte impulso para atrair investidores estrangeiros. Exclusivamente para empresas completamente ligadas em atividades exportadoras, o estatuto da zona franca do Haiti oferece vantagens importantes para as corporações aprovadas.

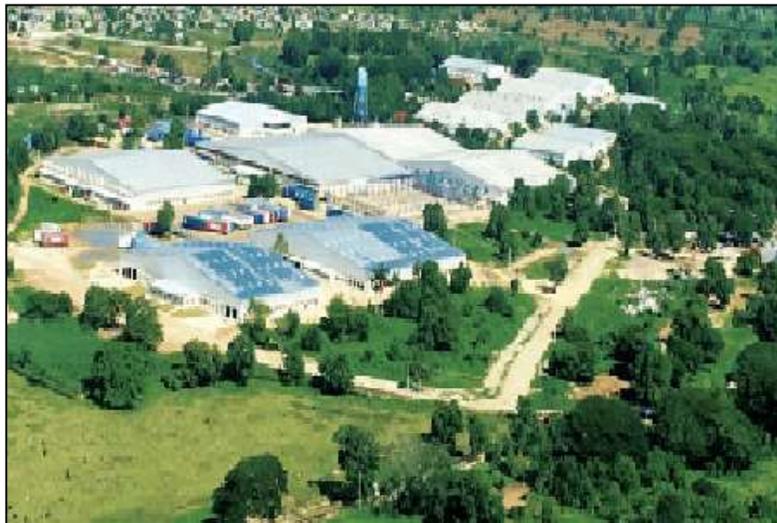
No contexto de impulsionar a economia nacional e a criação dos empregos para a população, a DZF permite à zona franca abrir o espaço a três (3) categorias de atividades: indústria, comércio e serviços (gerais e específicos). O estatuto de zona livre é oferecido à zona livre industrial e agrícola, a fim de deter o declínio da atividade agrícola e impulsionar a economia haitiana. Nesse caso, a DZF estabelece grande flexibilidade para criar um ambiente propício no país para facilitar o investimento, que objetiva tornar esses investimentos lucrativos para estimular ainda mais a economia haitiana.

A Lei 28-01, decretada em 2001, buscava proporcionar investimentos com a criação da Zona Especial de Desenvolvimento de Fronteiras, que, posteriormente, foi alterada pela Lei 236-05. Essa lei foi discutida mais tarde em relação à fronteira de regime legal, o que significa ser um relevante patrocínio de atração de investimentos. Nesse contexto, verifica-se um crescimento espantoso dos investimentos das empresas internacionais, conjuntamente à existência cada vez mais perceptível das firmas transnacionais nas trocas internacionais e na atividade econômica dos países (BENKO, 2002). Entretanto, o desenvolvimento da zona franca proposta pelo governo haitiano pretendia atrair os diferentes agentes e corporações internacionais para fortalecer os investimentos no território fronteiriço no objetivo de criação de mão de obra para a população e extrapolando a escala nacional.

No que diz respeito à escala proposta pelos agentes econômicos e às grandes empresas multinacionais no cenário atual da globalização, com o estabelecimento da zona franca nos países subdesenvolvidos, principalmente no território nacional, afirma Silveira (2001), tais empresas especializadas nos setores de produção são resultados de uma segmentação de atividades no sistema produtivo das grandes corporações; produzem, ao mesmo tempo, uma divisão territorial do trabalho ainda mais difícil. Portanto, a singularização dos fluxos de produção está geralmente vinculada a uma mais complexa divisão do trabalho, a uma maior diferenciação e diversificação dos objetos, das ações e normas concebidas socialmente (na externalização/distribuição de ordens de produção por meio das redes de produção estabelecidas nos corredores transfronteiriços do Haiti e da República Dominicana.

Levando-se em consideração esses aspectos, Moudden (2006) ressalta que o projeto de estabelecimento da zona franca foi objeto da constituição de uma mobilização de resistência formada na cidade de Ouanaminthe, denominada Comitê de Defesa de Pitobé. Esse comitê tentou impedir a implantação da CODEVI, no intuito de preservar o crescimento da produção agrícola na área, uma das mais férteis do país. Diante das manifestações da população de Ouanaminthe, o governo do Haiti decidiu que a CODEVI seria construída nessa área. Tanto a população como os Sindicatos fizeram denúncias em nível nacional e internacional.

Além dos Acordos sobre os Têxteis e Vestuários (ATV), a República Dominicana procurou ocupar não somente as regiões transfronteiriças, pois a implantação da CODEVI está estabelecida no próprio território haitiano. Ainda que essa zona franca seja construída sobre um conjunto de planícies em Maribahoux, uma das localidades com superfícies das mais férteis do território haitiano. Verifica-se que Fernando Capellán, dono do Grupo M que administra a CODEVI, exigiu um espaço situado perto da República Dominicana para a construção da zona franca, no objetivo de aproveitar a energia elétrica da República Dominicana, devido à carência de fonte de energia no Haiti. A Figura 6 apresenta exemplo de empresa de desenvolvimento industrial.



**Figura 6** - Empresa de desenvolvimento Industrial-CODEVI (2017).  
**Fonte:** Textile World, 21 de setembro de 2018.

Os Acordos sobre os Têxteis e Vestuários adotados pela Organização Mundial do Comércio em 1994 foi um dos motivos para o estabelecimento da Companhia do Desenvolvimento Industrial, S. A, em Ouanaminthe, além do crescimento dos salários na República Dominicana, no prelúdio dos anos de 1990, que faziam com que várias

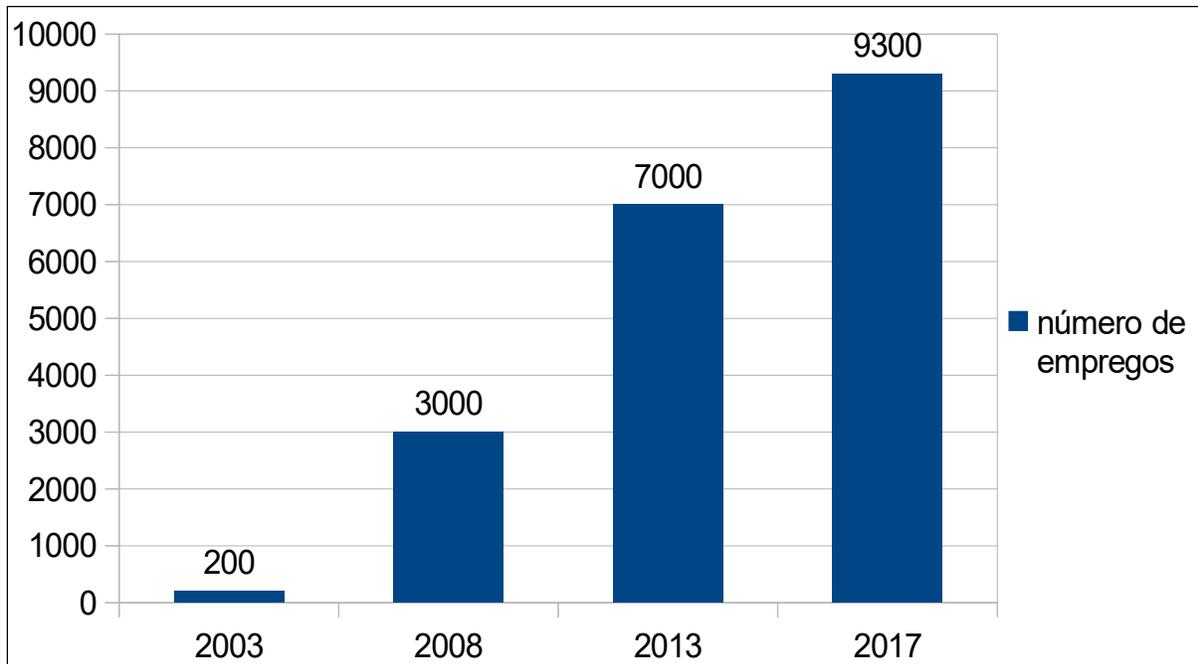
corporações capitalistas do Norte não permanecessem nesse país, buscando outros espaços mais lucrativos. É uma das razões pelas quais teve início a construção das zonas francas no Haiti, e, recentemente, por parte de industriais asiáticos, foi assinado um conjunto de acordos bilaterais com os Estados Unidos e inclusive o Haiti, que não se favoreceu integralmente pela insuficiência de produção nacional. Esses motivos permitiram a indústria têxtil dominicana a procurar no Haiti esse espaço para o seu estabelecimento em contínuo crescimento. Isto é, tratou-se de um cálculo eminentemente lucrativo para o grupo M.

Em relação à pobreza que a cidade vem enfrentando, as médias e pequenas empresas são relevantes fornecedoras de produtos e geração de emprego nesses corredores transfronteiriços comerciais, gerando incentivos concêntricos que poderiam ser articulados a outros processos econômicos (ALFONSO, 2010). Dado o exposto, o impulso para o desenvolvimento das empresas e de produção agrícola por meio do comércio transfronteiriço é geralmente capaz de revitalizar os mercados de trabalho nas áreas de fronteira. Assim, a abertura de zonas francas industriais no horizonte desses corredores comerciais aproveita incentivos fiscais, e a mão de obra barata excessiva representa uma força adicional para a revitalização do comércio e a geração de empregos para a população das áreas de fronteira.

Segundo o relatório de *Association des Industrie d'Haïti* de 2017 (Associação das Indústrias do Haiti de 2017), a indústria têxtil de CODEVI, situada na cidade de Ouanaminthe, possui mais de 9.300 trabalhadores durante o ano de 2017, enquanto quatro anos antes, em 2013, ela tinha 7.000. Havia 3.000 funcionários em 2008, e apenas 200 empregados em 2003. Observa-se que os números de pessoas empregadas na CODEVI triplicaram em menos de 10 anos. A figura 6 mostra o número de pessoas que trabalharam na zona franca de CODEVI durante o intervalo de 2003 a 2017.

Como constatamos durante as visitas técnicas, nota-se que esses salários mensais dessa força de trabalho, de nove horas por seis dias da semana, chegam aproximadamente a US\$ 60. Contudo, o pessoal de segurança e administrativo é quase todo representado por dominicanos. Também, constata-se que os empregados dos recursos são haitianos e no atendimento há pessoal dominicano e haitiano, forçando as vinculações com as duas nações, dada a desigualdade étnica e nacional sempre latente entre esses países. Alfonso (2010) faz lembrar que as situações de superexploração da força de trabalho com salários miseráveis e aceleração de ritmos de trabalho que preponderam nas zonas francas compõem um cenário propenso a certos conflitos na reivindicação de seus direitos, mais

ainda em uma empresa de CODEVI, onde as contradições entre trabalho e capital são acrescentadas aos conflitos étnicos e nacionalistas.



**Figura 7** - Número de pessoas empregadas na zona franca da CODEVI (2003-2017).

**Fonte:** Association des indústrias d'Haïti (2018).

Dada a superexploração de mão de obra na zona franca, as pessoas que frequentam essa empresa não ficam nesse trabalho por muito tempo porque o trabalho é muito difícil e o salário é muito baixo. Devido a isso, há uma constante oscilação dos trabalhadores dentro da empresa. Em decorrência dessa oscilação, a CODEVI estabelece uma escola de treinamento para os recém-funcionários. No caso, se alguns funcionários desistirem ou abandonarem essa empresa, a CODEVI já encaminha alguns para as fábricas para completar as linhas de produção. A Figura 8 indica os trabalhadores na confecção dos produtos.

Dada o controle da concorrência no meio da dominação deste sistema econômico nas das áreas de fronteira, Alfonso (2010) expõe que a função principal que permite a criação da zona franca em Ouanaminthe é o fato de apropriar-se uma parte do processo de fabricação para tirar proveito de espaços que o Haiti possui como um país menos desenvolvido no mercado norte-americano. E isso refletiu sobre a Oportunidade Hemisférica por meio do Partnership Incentivo (HOPE) de 2006, conseguindo aproveitar a desregulamentação do Haiti e os baixos salários de mão de obra. Da mesma forma, pela sua localização na fronteira, pode-se desfrutar de diferentes tipos de serviços técnicos,

peçoais e comerciais no lado da fronteira dominicana. Como o capital como é privado, consegue explorar as vantagens comparativas de cada lado da fronteira e aumentar o ganho diferencial.



**Figura 8** - Trabalhadores em execução dos produtos na zona franca de CODEVI  
**Fonte:** Lopez e Eecke (2007).

Na perspectiva de uma eventual integração espacial e regional, deve-se notar que um impulso essencial de um processo foi dado por meio da construção de uma rodovia moderna relacionada às duas principais cidades regionais, Cabo Haitiano e Dajabón, devido ao estabelecimento da zona franca de CODEVI na fronteira. Isso permite a livre circulação de capitais nas cidades-gêmeas para incentivar o desenvolvimento local. Além de baratear os produtos alimentícios, também facilita o transporte de comerciantes e mercadorias, o que motivou um fluxo turístico da classe média de Cabo Haitiano para Santiago.

Segundo pesquisa realizada por Rosario e Gomera (2016), “Seminário: Comércio Bilateral” (Organizado por *Observatório Binacional sobre Meio Ambiente, Migración, Educación y Comercio-OBMEC*), o comércio de mercadorias na fronteira Ouanaminthe/Dajabón alcança aproximadamente US\$ 410 milhões por ano. Destes, US\$ 251,5 milhões seriam devidos ao chamado mercado formal, enquanto que US\$ 159,3 milhões fariam parte da informalidade. Contudo, boa parte das trocas provém de duas zonas francas – uma haitiana e outra dominicana; excluído o aporte das zonas francas, o comércio formal seria quantificado em US\$ 64,5 milhões. Ou seja, 63% das trocas nesse trecho da fronteira são produzidos na informalidade. Predominantemente, as trocas

informais têm origem agropecuária e industrial, sobretudo têxtil; 90% dos produtos agropecuários que atravessam a fronteira provêm de pequenos produtores – são informalizados –, enquanto que 71% dos têxteis são comercializados formalmente.

Ao mesmo tempo, estatísticas do CEI (*Centro de Exportación e Inversión de la República Dominicana de 2016*) indicam que os dominicanos importam “tecidos usados” do Haiti e entram em competição com as mercadorias do circuito superior. Mas, em realidade, uma parte muito importante desses tecidos são roupas e acessórios empacotados em zonas francas dominicanas, especialmente aquela de Santiago, que não podem ser vendidas diretamente no território dominicano e que usam o Haiti como escala para reintroduzir a roupa no mercado dominicano como se elas tivessem sido importadas. No entanto, outra parte é, de fato, comprada por comerciantes de Dajabón: são roupas e sapatos usados resultados de doações internacionais para o Haiti (CFI, 2016) formam as solidariedades organizacionais da região de fronteira.

Por sua vez, as solidariedades organizacionais respondem pelo processo de internacionalização da região fronteiriça. Em Ouanaminthe, foi instalada uma Zona Franca que resultou, em dezembro de 2006, da aprovação pelo Congresso dos EUA da Lei HOPE (*Haitian Hemispheric Opportunity Through Partnership Encouragement Act*), que permite ao Haiti exportar produtos têxteis e cabos sem tarifas nem cotas aos EUA. Com a Lei HELP (Haiti Economic Lift Program) e o Acordo CBTPA (Caribbean Basin Trade Partnership Act), as exportações para os EUA podem ser feitas até 2020. Aproveitando-se de uma força de trabalho barata, a Zona Franca da Companhia de Desarrollo Industrial (CODEVI), um ramo de um grupo empresarial dominicano, Grupo M, especializado na gestão de Zonas Francas, é subcontratado por grandes empresas transnacionais, como Lévi-Strauss, Hanes, Adidas e Walt Disney. De acordo com o jornal *AlterPresse* (LOPEZ; EECKE, 2007), os Jeans da Lévi-Strauss são vendidos nos EUA e na Europa por aproximadamente US\$ 50, e grande parte desses produtos são montados por menos de US\$ 5, enquanto que o trabalho mensal é pago em cerca de US\$ 50 por mês por trabalhador sem nenhum direito social. A Figura 9 mostra os produtos de jeans da Lévi-Strauss produzidos na CODEVI.

A construção da zona franca de CODEVI passou por sérias dificuldades devido à oposição de muitos grupos políticos de Ouanaminthe, e, em seguida, as disputas trabalhistas que surgiram devido aos baixos salários e às condições onerosas de trabalho. Esses conflitos forçaram a empresa a negociar com os trabalhadores em razão da pressão de seus financiadores do Banco Mundial, da *Confederação Sindical Internacional* (ITGIWF) e das próprias marcas interessadas em evitar um boicote por violação do código de conduta

(DUVILLIER, 2004). No final de 2005, o grupo M concordou em assinar um acordo de negociação coletiva e em permitir o sindicato chamado *Sendika Ouvriye Kodevi* (SOKOWA) se constituir para defender os direitos dos trabalhadores. Além disso, houve um aumento salarial dos trabalhadores da CODEVI, cujo salário diário passou de US\$ 1,5 para US\$ 3, com a promessa de pagar hora-extra por qualquer atraso do dia durante 8 horas (ALFONSO, 2010).



**Figura 9** - Vestuários produzidos na CODEVI para exportação aos EUA e à Europa

**Fonte:** Lopez e Eecke (2007).

Além disso, essas forças de produtividade são geralmente compostas por vários grupos de fabricantes que, em diferentes escalas, funcionam sob a demanda de reduzir e dividir os custos de produção, as cadeias de valores globais. Para isso, fazem uso da exploração da força de trabalho, expandindo ao máximo as jornadas dos trabalhadores para que possam produzir quantidades cada vez maiores em prazos pequenos, em troca de remunerações enormemente baixas (HARVEY, 1989). De tal maneira, pode-se dizer que essa extensão da divisão espacial da rede de produção têxtil permite fragmentar em diferentes formas as ligações de trabalho ao longo da produção, distribuição e ao momento da realização de mercadoria das roupas. Nesse contexto, é relevante mencionar que houve um crescente processo de divisão de trabalho por meio de fracionamento espacial das funções de trabalho, fazendo com que os trabalhadores mantenham menor relação possível.

## 6. CONSIDERAÇÕES

Dado o exposto sobre as cidades de Ouanaminthe e Dajabón, as interações espaciais mantidas entre os fronteiriços podem ser discutidas geograficamente por efeito de uma perspectiva material, levadas especificamente pela dimensão dos fluxos econômicos e de comércios que transitam nos corredores fronteiriços. Embora as interações espaciais transfronteiriças não se envolvam exclusivamente no contexto econômico, elas requerem todo um conjunto de interações materiais e imateriais, como, por exemplo, as particularidades culturais, simbólicas e identitárias, geralmente interligadas umas às outras na região de fronteira, visto que elas são construídas por fronteiriços que, em sua prática habitual, funcionam de modo operacional e de convivência entre as populações fronteiriças num conjunto socioterritorial e espacial de um e de outro lado da linha de demarcação.

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que a coexistência compulsória de tarefas se impõe em razão da organização dos meios de troca, combinando elementos internos – próprios das solidariedades orgânicas – com elementos que fogem ao controle do lugar – próprios das solidariedades organizacionais facilitadas por intensos corredores transfronteiriços.

Em relação à reprodução do espaço fronteiriço por meio da mobilidade social urbana, a função de Dajabón na área de fronteira mantém-se o da cidade industrial relacionada às atividades do circuito superior. Portanto, tais atividades econômicas da zona franca construídas fazem com que as cidades transfronteiriças passem a receber as transações intensas, tanto econômicas como comerciais, porém, são exclusivamente consideradas como um lugar marginal de acumulação destas regiões de fronteira. Ainda é claro que a sua posição tenha melhorado de forma significativa, isso é óbvio na proliferação dos serviços, tais como restaurantes, alojamento, serviços técnicos, caixas financeiras e bancos, e também pelo aparecimento de uma classe média local, associada ao comércio estabelecido na região de fronteira.

Contudo, pode-se ressaltar que a função de intermediária principal se refira ao noroeste do Haiti e, particularmente, tanto às cidades de Ouanaminthe quando a Dajabón, que também estão adquirindo funções mais centralizadas em correlação com o seu ambiente provincial, ela vai além da sua função de capital política para se tornar gradualmente um centro de prestação de serviços, de atividades comerciais ligadas ao mercado fronteiriço, e também às atividades de importações e exportações da construção da zona franca de CODEVI. Isso faz com que essa cidade obtenha uma maior visibilidade

no cenário internacional devido às atividades econômicas e comerciais instituídas na fronteira de dois países.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) (2020).

## REFERÊNCIAS

ALFONSO, H. D. La nueva geografía de la frontera; corredores, regiones económicas y complejos urbanos transfronterizos. In VV.A. A. **La frontera dominico-haitiana**. Un estudio multidisciplinario. Santo Domingo: Banco Interamericano de Desarrollo, 2010. cap. 3. p.95-130.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 241-474, 2010.

CATAIA, M. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? **Revista Terra Livre**, v. 1, n. 40, p. 65-80, 2013.

-CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Eds.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-319.

DESROSIERS, M. **Trabalho, mulheres negras e zonas francas no Haiti contemporâneo**: o “empresariado humanitário” neocolonial em movimento. 2014. 154 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

DORFMAN, A.; CARDIN, E. G. Estratégias espaciais do ativismo em condição fronteiriça do Cone Sul. **Revista colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, p. 31-44, 2014.

FÉLIX, G. et al. Desarrollo regional del capitalismo y servicios al productor en los corredores fronterizos del norte de México. In: LEÓN Y MUNGARAY, G. (Org.). **Desarrollo fronterizo y globalización**. Ciudad de México: ANUEIS, 1997. p.35-58.

FOUCHER, M. **Front et frontières**: un tour du monde geopolitique. 2. ed. Paris: Fayard, 1991. 691p.

FOUCHER, M. **L’obsession des frontières**. Paris: Ed. PERRIN, 2007. 211p.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **La frontera como método, o, la multiplicación del trabajo**. Buenos Aires: Tintas Limón, 2016. 509p.

MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes, cidades-gêmeas na zona de fronteira Sul-Americana. In: MARTINS, J. S.; SILVEIRA, M. L. (Eds.). **Continentes em Chamadas**. Globalização e Território. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246-284.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1987. 751p.

MOUDDEN, L. P. E. **Villes à la frontière et transformation de l'espace: le cas de Haïti et la République Dominicaine.** 2006. (Tese doutoral) - École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Lausanne, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, M. **Trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** São Paulo: Hucitec, 1978. 136p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 388p.

SILVA, S. C. Mapeamento dos agentes do circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do território usado. In: SILVA, C. A. (Org.). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana.** Rio Janeiro: Lamparina, 2011, p. 115-136.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Revista Ciência Geográfica**, v. 15, n. 1, p. 4-12, 2011.

Recebido: 22.07.2021

Aceito: 20.06.2022